



CONSIDERAÇÕES PARCIAIS ACERCA DA DELIMITAÇÃO DAS ÁREAS DE INTERESSE CULTURAL DE CRUZ ALTA/RS

*Partial considerations on the delimitation of areas of cultural interest of
Cruz Alta/RS*

FERREIRA, Gustavo¹; GIACOMELLI, Bruna²; KOGLER, Sâmia Laís³; PAZ, Elissa
Mardini⁴; LAGEMANN, Venâncio⁵; PEREIRA, Marina Aimi⁶; SCHWANZ, Angelica K.⁷;
SILVA, Mateus V. Corrêa da⁸

Resumo: O presente trabalho discute os resultados parciais do projeto de pesquisa intitulado “Identificação e delimitação das áreas de interesse cultural do município de Cruz Alta/RS”, apresentando uma síntese dos estudos realizados durante o ano de 2017, já que o projeto teve sua renovação aprovada para o ano de 2018. Este trabalho visa apresentar e discutir o material resultante das pesquisas e levantamentos, a fim de identificar e delimitar as áreas de interesse cultural do município de Cruz Alta. Como método de pesquisa, inicialmente foram feitas revisões bibliográficas acerca do tema, principalmente quanto às políticas públicas efetivas de salvaguarda do patrimônio cultural, com ênfase no município em estudo, para o estabelecimento do estado da arte. Em um segundo momento, buscou-se informações e referências históricas que contribuíssem para a identificação das edificações a serem estudadas, com uma análise dos estudos já realizados acerca do tema e as diretrizes do Plano Diretor. nesta primeira parte da pesquisa foi possível, a partir da revisão das políticas de salvaguarda do município, identificar um descompasso entre a legislação e as ações efetivas de salvaguarda, além de uma fragmentação da paisagem, através de exemplares arquitetônicos isolados. Com base nestes resultados percebeu-se a necessidade de incluir a percepção da população quanto ao seu patrimônio, o que justificou a renovação do projeto de pesquisa, que atualmente se encontra na fase de aprovação do instrumento de pesquisa.

Palavras-chave: Patrimônio cultural. Inventário. Salvaguarda.

Abstract: This paper discusses the partial results of the research project entitled "Identification and delimitation of the areas of cultural interest of the municipality of Cruz Alta / RS", presenting a synthesis of the studies carried out during the year 2017, since the project had its renewal approved for the year 2018. This work aims to present and discuss the material resulting from the surveys and surveys, in order to identify and delimit the areas of cultural interest of the municipality of Cruz Alta. As a research method, bibliographical reviews were initially made about the theme, mainly regarding the effective public policies for safeguarding cultural heritage, with emphasis on the city under study, for the establishment of the state of the art. Secondly, we sought information and historical references

¹ Bolsista PIBIC. Unicruz. E-mail: gustavo_ferreira@outlook.com

² Voluntária da Pesquisa. Unicruz. E-mail: brunagiacomelli1@gmail.com

³ Voluntária da Pesquisa. Unicruz. E-mail: laiskogler@gmail.com

⁴ Voluntária da Pesquisa. Unicruz. E-mail: elissa.mardini@gmail.com

⁵ Voluntário da Pesquisa. Unicruz. E-mail: pimentelvenacio@hotmail.com

⁶ Bolsista PIBIC/ Unicruz. Unicruz. E-mail: marina_aimi@hotmail.com

⁷ Professora coordenadora da Pesquisa. Unicruz. E-mail: aschwanz@unicruz.edu.br

⁸ Professor colaborador da Pesquisa. Unicruz. E-mail: matsilva@unicruz.edu.br



that contributed to the identification of the buildings to be studied, with an analysis of the studies already carried out on the theme and the directives of the Master Plan. In this first part of the research it was possible, from the review of the policies of safeguard of the municipality, to identify a mismatch between the legislation and the effective actions of safeguard, besides a fragmentation of the landscape, through isolated architectural examples. Based on these results realized the need to include the population's perception of their assets, which justified the renewal of the research project, which is currently in the approval phase of the research instrument.

Keywords: Cultural heritage. Inventory. Safeguard.

INTRODUÇÃO

As políticas de salvaguarda do patrimônio têm se ampliado ao longo dos anos, principalmente a partir da Revolução Francesa (fim do século XVIII), quando os monumentos expropriados pelos revolucionários passaram a se constituir como elementos formadores dos estados nacionais e da ideia de Nação. A partir daí ao incorporar novos saberes a essa discussão como a antropologia, a sociologia, a geografia, a visão mais elitizada de cultura passa a dar lugar a uma concepção mais holística do que se percebe e se considera como elementos formadores da identidade de um local.

Já no Brasil, essas ações ainda necessitam ser fortalecidas, tanto no que se refere à atuação dos gestores do patrimônio, como na apropriação por parte da população. Pode-se estabelecer um marco inicial, na criação do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a promulgação da Lei do Tombamento (decreto Lei 25/1937). Porém, nesse momento, a proteção se limitava a edificações isoladas, e representantes de um estilo específico, consideradas como monumentos históricos. Aos poucos essa visão foi sendo ampliada e passam a ser incluídos no rol dos bens a serem protegidos, os conjuntos de edificações que compunham a paisagem urbana, considerando-se o contexto que aquele conjunto está inserido, ou seja, a necessidade de preservar ruas, quarteirões e até bairros (CHOAY, 2001).

Neste contexto o município de Cruz Alta, localizado no noroeste do estado do Rio Grande do Sul, com 197 anos, apresenta um cenário urbano que revela uma diversidade tipológica e estilística, com características dos vários períodos de sua formação. Essa paisagem apresenta influência de diversas vertentes da arquitetura mundial, como colonial, eclética, *Art Déco* e a moderna. Destaca-se que os bens que se caracterizam como referência cultural se concentram principalmente, na zona central, definida pelo núcleo que deu origem à



formação urbana. Desta forma, esse estudo para a delimitação da área de interesse partiu desta zona, no eixo das ruas Pinheiro achado e General Osório.

Assim, este trabalho apresenta, de forma sintetizada, os resultados parciais dessa primeira etapa de identificação, a saber: breve histórico do município e conceitos relativos às políticas públicas de salvaguarda, pesquisa histórica e arquitetônica que identificou uma série de edificações relevantes para a história e memória de Cruz Alta, mas que efetivamente, não possuem nenhum grau de proteção perante a lei. A partir dessas considerações o trabalho apresenta o mapa de localização das edificações identificadas, imagens ilustrativas e descrições sucintas das mesmas.

METODOLOGIA

O presente artigo faz parte do projeto de pesquisa “Identificação e delimitação das áreas de interesse histórico/cultural de Cruz Alta/RS”, desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (GPARQ) da Universidade de Cruz Alta/RS. O estudo foi estruturado partindo de uma revisão bibliográfica que utilizou como referência artigos e livros, assim como o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (PDDUA) do município, o Estatuto da Cidade, a Constituição Federal Brasileira e publicações dos Institutos do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e do Estado.

Para a delimitação das edificações de interesse cultural, utilizou-se como base o anexo do PDDUA de Cruz Alta que indicava 47 prédios que deveriam compor um inventário patrimonial da cidade, além de trabalhos acadêmicos, desenvolvidos pelo curso de Arquitetura e Urbanismo da UNICRUZ, e pesquisas históricas que indicavam edificações relevantes para a formação do município.

O primeiro passo foi a identificação das edificações, bem como a averiguação das edificações ainda existentes e/ou demolidas, e sua localização no mapa base do município. Posteriormente, deu-se início ao levantamento fotográfico das edificações isoladas ou em conjunto, para facilitar a compreensão e delimitação do objeto de estudo.

A pesquisa do histórico das edificações, características arquitetônicas e detalhes construtivos teve como fonte o Guia de Arquitetura “Um século de arquitetura em Cruz Alta: 1826-1930” de Mara Regina Kramer Silva, a pesquisa monográfica do Me. Pedro Couto Moreira, além de trabalhos acadêmicos produzidos na disciplina de Técnicas Retrospectivas



do curso de Arquitetura e Urbanismo da Unicruz, nos anos de 2016/2017/2018, entrevista com o historiador Rossano Viero Cavalari.

As informações foram analisadas e sintetizadas para o preenchimento da ficha de inventário das edificações selecionadas. O modelo da ficha de bens inventariados disponibilizada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAE), tem um preenchimento simples e adequado para esta etapa da pesquisa. A análise arquitetônica foi realizada com base em livros e de conhecimentos específicos acerca de cada estilo arquitetônico.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O município de Cruz Alta

Importante município da região Noroeste do estado do Rio Grande do Sul, Cruz Alta é popularmente conhecida como a terra do escritor Érico Veríssimo e da Romaria de Fátima. Sua ocupação territorial teve início a partir da chegada dos jesuítas espanhóis à região sul, por volta de 1634, com o estabelecimento da redução de Santa Tereza. Ao final do século XVIII, com a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso, os jesuítas instalaram uma cruz de madeira, para demarcar as terras que pertenciam à coroa (SILVA, 2014). Devido à sua localização geográfica, o povoado se constituiu como um importante ponto de passagem e pouso para os tropeiros.

Entretanto, foi apenas em 18 de agosto de 1821 que se deu a fundação do povoado, pelo comandante da Fronteira de Missões Coronel Paulet. Cruz Alta abrangia uma área considerável dessa região e acabou dando origem a mais de 240 municípios do estado do Rio Grande do Sul. Sua localização estratégica próxima aos países do Prata, também propiciou o estabelecimento de unidades militares, que participaram de importantes eventos militares, como a revolução Farroupilha (1841) e a Guerra da Tríplice Aliança em Humaitá, sob o comando de Duque de Caxias (SILVA et al, 2015).

Devido à sua origem, formação multicultural e importância para a constituição do estado, o município de Cruz Alta é “referência por sua diversidade étnica, social e cultural” (SILVA, 2014) o que torna urgente o desenvolvimento de políticas de salvaguarda que protejam essa diversidade.



Políticas públicas de salvaguarda

O desenvolvimento gradual do conceito de Patrimônio Cultural refletiu nas políticas de salvaguarda do patrimônio edificado, tanto em nível internacional, através da UNESCO, como no caso brasileiro, através do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Essa evolução conceitual permitiu que houvesse uma ampliação do conceito de patrimônio, de um bem isolado e de valor excepcional – como no Decreto Lei 25/1937 – para “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1988).

Seguindo a mesma linha da Carta Magna, o Estatuto da Cidade prevê em seu artigo 2º parágrafo XII a “proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico”, como uma diretriz geral, sendo que o município de Cruz Alta segue esta premissa através do seu Plano Diretor, ainda que não implantada efetivamente, fato recorrente em grande parte dos municípios brasileiros, em que se percebe um descompasso entre o plano diretor e as ações efetivas de salvaguarda.

No estado do Rio Grande do Sul, a primeira iniciativa de estruturação de uma política de salvaguarda por parte do governo estadual foi a lei que criou o Conselho de Proteção do Patrimônio Científico, Artístico e Histórico do Estado, no ano de 1950. Em 1964, foi instituída a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado, que buscava inventariar, tomba, conservar obras, documentos e locais que faziam parte do acervo artístico e histórico do estado. Com a Constituição de 1988, em seu artigo 30, afirmou-se que era competência de os municípios promover a proteção de seu patrimônio histórico cultural, observada a legislação e ação fiscalizadora federal e estadual. Já em 1999, no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Porto Alegre foram instituídas a preservação de Áreas Especiais de Interesse Cultural, com as legislações urbanísticas que visam a proteção do patrimônio cultural edificado estipuladas em 1979 (RODRIGUES, 2010).

Atualmente, mesmo que exista uma tendência de crescimento sobre as questões de patrimônio cultural edificado, a atuação e os institutos de tombamento e inventários continuam sendo os únicos instrumentos efetivos para a promoção da sua preservação nos municípios brasileiros (RODRIGUES, 2010).

Como referência, pode-se citar a experiência do município de Pelotas, que no ano de 2000, a partir de uma iniciativa de técnicos do poder público e da Universidade Federal de



Pelotas, elaboraram o Sistema Municipal de Preservação Cultural – SIMPAC, que serviu de base para a Lei 4568/2000 (conhecida como Lei do Inventário), bem menos abrangente que o documento inicial, porém a partir dessa Lei foram instituídas

as Zonas de Preservação do Patrimônio Cultural [...], são listados os bens integrantes do inventário e torna-se possível o controle das descaracterizações promovidas nos bens patrimoniais, assim como a possibilidade de regramento das futuras intervenções nos prédios inventariados e nos seus confrontantes laterais. (ALMEIDA & BASTOS, 2006, pág. 102).

Atualmente o município possui cerca de 1700 prédios inventariados e, com o sistema, a Prefeitura Municipal de Pelotas e seus técnicos podem desenvolver ações integradas entre as secretarias de cultura, de urbanismo e de finanças, como incentivos aos proprietários de imóveis inventariados, isenção de IPTU para imóveis com fachadas conservadas e o direito de transferência de construir, previsto no Estatuto da Cidade. O que se percebeu a partir dessas ações foi uma maior apropriação por parte dos proprietários e população em geral e uma maior identificação com esses bens.

No caso de Cruz Alta, uma das primeiras iniciativas de identificação e levantamento do patrimônio edificado foi feito no ano de 2000 com a publicação do livro “Um século de arquitetura urbana em Cruz Alta – 1826-1930: Guia de arquitetura”, em que os autores apresentam uma lista de 40 edificações de interesse cultural. De acordo com Silva a pesquisa buscava “abranger uma maior representatividade de exemplares construídos no espaço urbano do município entre o ano de 1826, data mais antiga inscrita nas fachadas das edificações selecionadas e 1930” (SILVA, 2000, pág. 11). Esse trabalho traz uma seleção pontual de alguns exemplares com características coloniais, ecléticas e neocoloniais. Nele se percebe a seleção de elementos isolados, que não apresentam a ideia de conjunto.

Moreira (2014), na sua dissertação de mestrado intitulada “O Inventário do Patrimônio arquitetônico das zonas de entornos dos bens tombados de Cruz Alta-RS”, apresenta uma atualização da lista de interesse anexada ao PDDUA, já que muitos prédios dessa lista foram demolidos. Ainda que bastante completo o levantamento deu ênfase para os valores histórico e estilístico das edificações, com objetivo de destacar o valor histórico[...]” e segue [...] a partir de um vasto acervo de obras presentes na cidade, a seleção contempla uma lista sucinta de edificações que representa a rica produção arquitetônica edificada ao longo dos anos[...] (MOREIRA, 2014).

Já Silva (2015) na dissertação de mestrado intitulada “Um século de história: inventário do patrimônio cultural edificado do 29º GAC AP – Grupo Humaitá no Município de Cruz Alta/RS” realizou o inventário do patrimônio militar presente no município. Para o



autor o inventário teve o objetivo de “colaborar no sentido de ampliar os conhecimentos e divulgação destes bens perante a comunidade cruzaltense, resgatando a memória, e fornecendo subsídios para contribuir para políticas públicas e planos de ações nas áreas de preservação do patrimônio presente no município” (SILVA, 2015).

No Plano Diretor, aprovado em 2007 foi definida a APPHA - Área de Proteção do Patrimônio Histórico Cultural, que é delimitada pela área de entorno dos bens tombados pelo IPHAE em Cruz Alta, que são a Prefeitura Municipal e o Museu Érico Veríssimo. Além disso, também possui uma tabela de prédios de interesse histórico e cultural com alguns bens previamente selecionados, que não obedecem a um zoneamento, em que os critérios de escolha foram o valor arquitetônico ou histórico. São edificações isoladas que, a princípio, não apresentam uma continuidade na paisagem urbana e por isso não exigem uma preocupação com seu entorno.

Da mesma forma, em todas as tentativas de definição ou delimitação de um centro histórico foi feito um recorte tipológico e fragmentado do patrimônio edificado do município. Importante destacar que estas ações isoladas contribuem para a salvaguarda e principalmente para o reconhecimento desses bens, porém, reforçam ainda mais a necessidade de uma sistematização desses dados, um zoneamento que contemple a totalidade das tipologias e vertentes arquitetônicas e fomenta o desenvolvimento de ações estratégicas de reabilitação.

Análise dos resultados ou do levantamento

Este estudo prévio teve como base a tabela de prédios de interesse histórico cultural, anexa ao PDDUA, em que são listadas 47 edificações, que se originou do “Guia de Arquitetura” (2000), além dos prédios da prefeitura e do Museu Érico Veríssimo por já possuírem proteção estadual. Além desses, foi possível identificar outras 22 edificações, com base em trabalhos acadêmicos realizados no Curso de Arquitetura e Urbanismo da Unicruz. Destaca-se que a maioria das edificações localiza-se ao longo de dois eixos: a Rua Pinheiro Machado (antiga Rua do Comércio) e a Rua General Osório. A Figura 01 apresenta o mapa de localização das edificações identificadas.



Figura 01: Mapa de delimitação das edificações de interesse cultural



Fonte: Autores, 2018.

A seleção tem como base os eixos estruturadores da expansão urbana do município, as Ruas Gen. Osório e Pinheiro Machado, como mostra o mapa (fig. 1). A Rua Pinheiro Machado, conhecida como a antiga Rua do Comércio, abriga o corredor comercial e liga a praça Érico Veríssimo (Praça da Matriz) ao norte e a Praça Gen. Firmino de Paula ao sul. É nestas ruas e suas adjacentes que se concentram as edificações listadas.

No decorrer da pesquisa perceberam-se problemas com os endereços das edificações, assim como na denominação e identificação dos proprietários, dados históricos e falta de embasamento técnico. Grande parte das edificações identificadas não compõe um conjunto, nem continuidade, constituindo-se como fragmentos da paisagem urbana. A Figura 02 representa três edificações localizadas na Rua General Osorio, exemplares de estilos distintos.

Figura 02: Edificações integrantes da lista de interesse cultural



Fonte: Autores, 2018.



A primeira (A), denominada como “Antigo Colégio Rio Branco” em estilo Eclético, conhecido por mesclar estilos do passado, criando linguagens arquitetônicas únicas. Na fachada frontal, à esquerda ocorre o acesso principal, a partir de uma imponente porta trabalhada em ferro e vidro com influência do *Art Nouveau*. Diferente do que comumente se conhece, esta edificação não possui simetria em elementos de fachada, nem mesmo em sua platibanda, somente o ritmo entre os elementos. As porta-janelas apresentam balcões do estilo púlpito decoradas e são coroadas com elementos arquitetônicos decorativos (SILVA, 2000).

A edificação (B), conhecida como “Casa da Família Abel Spellet”, datada de 1930, foi concebida aos moldes do estilo Neocolonial, buscando a liberdade na prática artística e uma linguagem que remetesse à origem da arquitetura brasileira - colonial portuguesa. Essas características estão presentes na sua morfologia e nos elementos utilizados, como o seu jogo de volumes, as paredes chanfradas, frontão de linha barroca que avança do telhado, desregulamentação do desenho das ornamentações, beirais apoiados por mãos-francesas adornadas com simplicidade, telhados aparentes e elementos desenhados de forma muito sutil nas paredes da fachada (SILVA, 2000).

A edificação (C), conhecida como “Residência Família Veríssimo”, influência do estilo *Art Déco*, possui um único pavimento, acessos laterais, cobertura protegida por uma platibanda. Na fachada principal pode-se observar a simetria e o ritmo de esquadrias e elementos decorativos, além de a linearidade e a presença de frisos, característica do *Art Déco*.

Apesar de ser um estilo comum à época, o neocolonial é representado apenas por sete edificações do total de 69; o estilo *Art Déco* apresenta seis exemplares na lista e o estilo Eclético é o dominante com 43 edificações. Como exemplo de outros estilos arquitetônicos constantes na lista atualizada pela pesquisa, a Figura 03 apresenta outros dois exemplos, um de arquitetura moderna (D) e outro de inspiração neoclássica (E), ambas localizadas fora dos eixos principais de delimitação.



Figura 03: Edificações integrantes da lista de interesse cultural



Fonte: Autores, 2018.

A edificação D, localizada na Rua Mariz e Barros, nº193, é conhecida como Casa Maria Zenkner. A edificação de estilo modernista possui dois pavimentos, formas geométricas bem definidas, janelas em fita, ritmo nas esquadrias, cores neutras e não apresenta telhado aparente, características típicas do estilo moderno.

Já a edificação E, conhecida como “Casa Morandini”, localizada na Rua Padre Francisco Pacheco, nº 400, é um típico exemplar de arquitetura Neoclássica. Planta retangular, fachada com simetria absoluta, tanto em elementos, como nas esquadrias. Possui jardim de uso e contemplação. Sobre o volume central horizontal, está o telhado, com duas águas, com sua cumeeira perpendicular a fachada frontal, já os beirais são sustentados por mãos francesas em madeira.

Com base nesses estudos iniciais percebeu-se a necessidade de ampliação da pesquisa, já que diversos exemplares foram identificados e não constam desse estudo, como por exemplo, os conjuntos *Art Déco* da Rua General Osório (F), ou ainda da Rua Pinheiro Machado (G), representados na Figura 04.

Figura 04: Conjuntos arquitetônicos de interesse



Fonte: Autores, 2018.



A partir dessa análise, percebeu-se também, a necessidade de participação da população local, a partir de instrumentos de percepção da paisagem, que poderá contribuir com a identificação e delimitação dessas áreas, em um segundo momento da pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inúmeros questionamentos sobre quem tem legitimidade para selecionar o que deve ou não ser preservado, a partir de que valores, em nome de que interesses ou de que grupos fazem parte, passam a ser discutidos em dimensões sociais e políticas. Entende-se que o patrimônio cultural não deve se restringir apenas aos grandes monumentos da elite, mas deve incluir todas as manifestações culturais representativas para os grupos formadores da sociedade como um todo (INRC, 2000).

Em outros países a avaliação das edificações a serem incluídas no rol do que será considerado como patrimônio, passam por avaliações criteriosas e são cuidadosamente estudadas e avaliadas. Já no Brasil, essa prática ainda está sendo implementada, o que demonstra, apesar da legislação existente, a ausência de preocupação e controle sobre a paisagem urbanas por parte de algumas cidades. Deve-se, segundo Rodrigues (2010), investigar os prejuízos causados à qualidade visual da paisagem urbana pela falta e/ou descaso com a prática de instrumentos reguladores de avaliação dos bens arquitetônicos (RODRIGUES, 2010).

O plano diretor pode ser considerado um dos mais completos instrumentos que o Estado tem à sua disposição para interferir e controlar o espaço urbano (COELHO, 2007). É visto que, no caso da cidade de Cruz Alta, a falta de implementação das políticas de salvaguarda, acaba por evidenciar o descaso e a desvalorização das edificações de interesse cultural, uma vez que a tabela de edificações de interesse cultural é vaga, desatualizada e não considera a cidade como um conjunto e a paisagem urbana acaba sendo descaracterizada. Além do descaso, evidenciado pela falta de um plano de preservação que regulamente os critérios a serem utilizados pelos técnicos, o município também sofre com a depreciação por parte da população acerca da história que é contada através das edificações.



AGRADECIMENTOS

Agradecemos às integrantes Amanda Schirmer e Juindy Braun (voluntárias da pesquisa) e Clarissa Mantovani (bolsista PIBIC/UNICRUZ), que colaboraram na primeira etapa do Projeto de Pesquisa realizada no ano de 2017.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Liciane Machado & BASTOS, Michele de Souza. **A experiência da cidade de Pelotas no processo de preservação patrimonial**. Revista CPC, São Paulo, v.1, n.2, p.96-118, maio/out. 2006.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em cinco de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em agosto de 2018.

_____. **A arquitetura militar portuguesa e seu legado na construção do Brasil**: Análise a partir dos edifícios do Grupo Humaitá em Cruz Alta, RS. Anais do 3º Colóquio Ibero-americano: Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto. Belo Horizonte, 15 a 17 de setembro de 2014.

_____. **Estatuto da cidade**. Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10257.htm> Acesso em agosto de 2018.

CHOAY, F. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.

COELHO, Letícia Castilhos. **Áreas Especiais de Interesse Cultural**: instrumento do Plano Diretor para a preservação do patrimônio cultural de Porto Alegre. Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

INCR. **Inventário Nacional de Referências Culturais**. Manual de Aplicação. Departamento de Identificação e Documentação. Brasília, IPHAE, 2000. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual_do_INRC.pdf> Acesso em agosto de 2018.

IPHAE – Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural do Estado. Disponível em: <<http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosDetalhesAc&item=14700>> Acesso em agosto de 2018.

MOREIRA, Pedro Couto. **O Inventário do Patrimônio Arquitetônico das Zonas de entorno dos Bens Tombados de Cruz Alta**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Patrimônio Cultural. UFSM, 2014.



RODRIGUES, Mirian Sartori. **A contribuição do patrimônio cultural na qualidade visual da paisagem urbana.** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

SILVA, Maria Regina Kramer da. **Um século de arquitetura urbana em Cruz Alta – 1826-1930: Guia de arquitetura.** Cruz Alta: Editora Centro Gráfico Unicruz, 2000.

SILVA, Mateus Veronese Corrêa da. **Um Século de História: Inventário do Patrimônio cultural edificado do 29º GAC AP – Grupo Humaitá no Município de Cruz Alta. 2016.** 152 p. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.